



## O FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO DE LÉLIA GONZALEZ: DA TEORIA POLÍTICA A PRÁXIS POLÍTICA

*Elisa de Araújo<sup>1</sup>*

*Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo, SP, Brasil*

**Resumo:** Ao debruçar-se sobre a produção intelectual e a militância política de Lélia Gonzales, este artigo tem como objetivo analisar como sua teorização acadêmica e sua interpretação da sociedade brasileira se reflete e é, ao mesmo tempo, influenciada por sua atuação na política institucional. O racismo e a centralidade do elemento racial na sociedade brasileira estruturam tanto o pensamento de Lélia quanto este artigo, que se utiliza da revisão bibliográfica da produção de Gonzalez como linha condutora.

**Palavras-Chave:** feminismo negro; política institucional; democracia; racismo

### LÉLIA GONZALEZ'S AFRO-LATIN AMERICAN FEMINISM: FROM CRITICAL SOCIAL THEORY TO POLITICAL PRAXIS

**Abstract:** By delving into the intellectual production and political militancy of Lélia Gonzales, this article aims to analyze how her academic theorization and interpretation of Brazilian society both reflects and is, at the same time, influenced by her work in institutional politics. Racism and the centrality of the racial element in Brazilian society structure both Lélia's thought and this article, which uses the bibliographical review of Gonzalez's production as a guideline.

**Keywords:** black feminism; institutional politics; democracy; racism

### EL FEMINISMO AFROLATINOAMERICANO DE LÉLIA GONZALEZ: DE LA TEORIA SOCIAL CRÍTICA A LA PRAXIS POLITICA

**Resumen:** Al examinar la producción intelectual y la militancia política de Lélia Gonzales, este artículo pretende analizar cómo su teorización e interpretación académica de la sociedad brasileña refleja y se ve influida por su trabajo en la política institucional. El racismo y la centralidad del elemento racial en la sociedad brasileña estructuran tanto el pensamiento de Lélia como este artículo, que utiliza como guía una revisión bibliográfica de la producción de González.

**Palabras-clave:** feminismo negro; política institucional; democracia; racismo

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Ciências Humanas e Sociais da UFABC. E-mail: [elisadearaujo@gmail.com](mailto:elisadearaujo@gmail.com)



## LE FÉMINISME AFRO-LATINO-AMÉRICAIN DE LÉLIA GONZALEZ: DE LA THÉORIE SOCIALE CRITIQUE À LA PRAXIS POLITIQUE

**Résumé:** En examinant la production intellectuelle et le militantisme politique de Lélia Gonzales, cet article vise à analyser comment sa théorisation et son interprétation académiques de la société brésilienne reflètent et sont influencées par son travail dans la politique institutionnelle. Le racisme et la centralité de l'élément racial dans la société brésilienne structurent aussi bien la pensée de Lélia que cet article, qui utilise comme fil conducteur une revue bibliographique de la production de Gonzalez.

**Mots-clés:** féminisme noir; politique institutionnelle; démocratie ; racisme

### INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a articulação entre a produção acadêmica e a vida política de Lélia Gonzalez, tomando como referência a sua atuação na política institucional.

Parte-se do reconhecimento de que o pensamento da autora em análise é repleto de formulações que permitem uma interpretação da realidade social brasileira de maneira crítica. Nesse sentido, os conceitos de amefricanidade, racismo de denegação e as discussões sobre o papel da mulher negra na sociedade brasileira, sempre vistas como mulata, doméstica e ou mãe preta são essenciais para a proposta aqui apresentada.

Utilizamos o feminismo negro articulado por Lélia Gonzales no chamado *feminismo afro-latino-americano*, tendo esta proposta de interpretação da realidade brasileira como uma teoria social crítica.

### FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO: TEORIA E PRÁTICA

A produção intelectual de Lélia Gonzalez não se limita ao espaço acadêmico, apesar do grande destaque que possui nesta área. Especialmente nos últimos anos, a produção acadêmica de mulheres negras vem ganhando importância e, no Brasil, Lélia Gonzalez foi redescoberta por aqueles que buscam teorias decoloniais como instrumentos para a interpretação da realidade brasileira.

De acordo com Patrícia Hill Collins (1986), a mulher negra e seu ponto de vista da sociedade, da qual ela é usualmente marginalizada, são capazes de produzir importantes contribuições para as ciências sociais, uma vez que dá às interpretações hegemônicas do mundo um novo olhar - e, no caso brasileiro, este olhar diz respeito à forma como o maior segmento social e base das estruturas do País se enxerga e enxerga

suas dinâmicas. Considerando o racismo como estruturante da sociedade brasileira, utilizar-se do feminismo negro como teoria social crítica é inovador e potencialmente revolucionário.

Em 2019, a ativista e intelectual estadunidense Angela Davis veio ao Brasil e, numa de suas exposições, nos provocou a conhecer profundamente as feministas negras brasileiras. Davis afirmou:

Eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês poderiam aprender comigo. (DAVIS, 2019).

Desta forma, o aprofundamento da academia e da sociedade brasileira sobre a obra de Gonzalez vem crescendo. Dos seus conceitos e propostas de interpretação da sociedade brasileira, sintetizados no Feminismo Afro-Latino-Americano, são utilizados neste estudo: a) *amefricanidade*; b) *racismo de denegação*; c) *o papel da mulher negra na sociedade brasileira: mulata, doméstica e mãe preta*.

Como destacado anteriormente, Lélia não foi apenas acadêmica. Ela também foi uma militante fundamental na construção do movimento negro brasileiro, além de ter participação nos processos de reconstrução da democracia no Brasil. Por meio de sua pesquisa em torno da cultura negra como elemento constitutivo da sociedade brasileira, Lélia se aproxima das manifestações culturais negras ocorridas na base - como bailes black e escolas de samba. A partir desta aproximação, torna-se articuladora de movimentos de mulheres negras e também do Movimento Negro Unificado (MNU), lançado nacionalmente em ato ocorrido em 7 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo/ SP.

Ao mesmo tempo que contribui ativa e significativamente na rearticulação do movimento negro no País, Lélia faz parte da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) - partido do qual participa da executiva até 1986, apesar dos embates e críticas que faz questão de pontuar desde o lançamento do programa do partido, em 1983. Após desfiliar-se do PT, em razão do baixo compromisso do partido com a pauta racial, Lélia filia-se ao PDT de Abdias Nascimento - com quem já mantinha proximidade e amizade. Lélia concorre ao cargo de deputada federal pelo PT em 1982 e ao cargo de deputada estadual pelo PDT em 1986. Em ambos os processos, apesar da grande articulação, Lélia não se elegeu - ficando na primeira suplência em ambos os pleitos.



Essa relação de Lélia com os partidos e dos partidos com Lélia e a pauta da mulher negra são importantes marcadores explorados neste estudo.

### **AMEFRICANIDADE, RACISMO DE DENEGAÇÃO, O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Lélia Gonzalez desenvolve suas reflexões sobre a formação da sociedade brasileira a partir da raça e do gênero. Ela questiona:

O que foi que ocorreu para que o mito da democracia racial tenha tido tanta aceitação e divulgação? Quais foram os processos que teriam determinado sua construção? O que é que oculta, para além do que mostra? Como a mulher negra é situada no seu discurso? (GONZALES, 1980, p. 224)

Com parte da resposta aos questionamentos apresentados, recorreremos aos conceitos de Lélia (1984) para definir o lugar usualmente dado à mulher negra na estrutura social brasileira: “*mulata, doméstica ou mãe preta*”. Partindo-se da estrutura social constituída no Brasil a partir do processo de colonização, Gonzalez apresenta-nos, como estruturante do ‘mito da democracia racial’, estes papéis sociais dados para estas mulheres.

Segundo a autora, durante todo o ano a negra só é aceita socialmente como doméstica – simbolicamente, em condição de subalternidade em relação aos patrões, exercendo tarefas que a restringem ao âmbito doméstico, em atividades nas quais não é vista pela sociedade, numa clara herança das estruturas escravagistas. No Carnaval, esta mulher negra é alçada ao status de mulata, tendo seu corpo objetificado neste momento no qual elementos da cultura negra são exaltados, notadamente o samba. Lélia aponta o Carnaval como principal meio de manutenção do mito da democracia racial na sociedade brasileira: “de repente, a gente deixa de ser marginal para se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil” (GONZALEZ, 1980, 239).

Ao evocar a imagem da mãe preta, a autora apresenta este terceiro papel dedicado às mulheres negras na estrutura social brasileira. Seriam estas as mulheres cuidadosas, resignadas, pacíficas – novamente, na compreensão míope da sociedade brasileira sobre estas, seriam elas subservientes e reprodutoras de estruturas sociais escravagistas. Entretanto, Gonzales aponta o papel estratégico de reprodução e



manutenção de linguagem e tradições culturais ancestrais negras, por meio das relações de afeto desenvolvidas em torno de suas figuras.

Quando pioneiramente Lélia propõe que reivindicemos o lugar da *amefricanidade*, a intelectual propõe que o Brasil e os demais países americanos se entendam como um continente negro e indígena - aqueles responsáveis não só pela construção efetiva destes países, ainda que em  $\frac{3}{4}$  da história brasileira na condição de escravizados - mas também aqueles responsáveis pela identidade cultural destes países. Parte importante do mito da democracia racial se constrói a partir da romantização do processo de miscigenação racial - e também por meio negação dos processos violentos que construíram essa miscigenação: escravidão, estupro de mulheres negras e indígenas, assassinato de homens negros e indígenas.

Estudos realizados sobre a composição do DNA<sup>2</sup> do brasileiro comprovam este fato: quando analisado o DNA mitocondrial, que é herdado da parte materna, há o predomínio de populações africanas (36%) e nativas americanas (34%). Quando analisada a herança genética paterna, que vem do cromossomo Y, 75% é de origem europeia. O Brasil é filho de negras e indígenas e de homens brancos. A questão que as ciências sociais apontam e que embasam a reflexão proposta pelo feminismo negro brasileiro é justamente questionar como se deu essa “união” - o sentimento explicitado por um ditado racista popular do Brasil nos ajuda nesse exercício: “preta pra trabalhar, mulata pra fornicar, branca para casar”.

Quando articula a *amefricanidade*, Lélia também articula a compreensão do racismo à brasileira, que ela chama de *racismo de denegação*. O racismo de denegação seria uma categoria de racismo distinta do racismo estadunidense. Lá, uma sociedade de origem colonial anglo-saxã, a relação com a raça se dá no apontamento e na segregação do outro. Tanto nos EUA quanto na África do Sul ocorrem processos históricos de *apartheid*, onde só brancos pretendem se manter como uma raça pura, sem mistura com negros, para manter-se superiores. Nas sociedades de origem latina, o processo se dá de outra forma: o que se busca é o apagamento da raça compreendida como inferior. E este apagamento se dá de diversas maneiras.

Abdias Nascimento, em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), aponta quais foram as políticas públicas adotadas pelo estado brasileiro com vistas à

---

<sup>2</sup> DNA do Brasil, estudo desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://www.comciencia.br/dna-dos-brasileiros-carrega-marcas-da-colonizacao/>



purificação da sociedade brasileira, ou seja: eliminação do negro. Além do incentivo da migração massiva de europeus entre os anos de 1890 até 1930, o Brasil também proibiu a migração de povos não-brancos.

Abdias (1978) aponta também como o pensamento eugenista influenciou outras tomadas de decisão, que reverberam até hoje na sociedade brasileira. João Batista de Lacerda, médico e antropólogo, foi um dos principais expoentes do pensamento eugenista no Brasil. Uma de suas célebres teses, apresentada em congressos internacionais sobre eugenia, apontava como estratégia explícita de branqueamento do País deixar os afro-brasileiros propositalmente indefesos, “expostos a toda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficientes para se manter”. No Brasil, a morte, o desemprego, a fome, o encarceramento, a violência que ainda hoje se abatem sobre o povo negro - sobretudo sobre os homens negros - pode ser apontada como a continuidade de uma diretriz política eugênica do início dos anos 1900.

Lélia e Abdias se encontram na construção de suas teorias sobre a sociedade brasileira quando apontam como mais uma estratégia de branqueamento do Brasil a miscigenação que, como já apontamos, não se dá de maneira romanceada, mas sim com base no estupro e na exploração sexual da mulher negra e da mulher indígena. Abdias nos diz:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O ‘problema’ seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. (NASCIMENTO, 1978, p. 88)

O *racismo de denegação* se caracteriza justamente pela negação do fato de que essa nação é filha de negras e indígenas, criando o mito de harmonia entre as três raças, enaltecendo a branquitude e promovendo o apagamento do que é não é branco: seja por meio da miscigenação fruto de estupro das mulheres negras e indígenas, seja pelo assassinato dos homens negros e indígenas, seja por meio do incentivo da migração de brancos. Ao negar a negritude, seus valores, sua cultura, sua cosmovisão, seus códigos, o racismo brasileiro finge que não é racista. Convive com a negritude, entendida e colocada como a raça inferior, mas sem explicitar em leis tal violência - ao contrário do que ocorreu nos EUA, que tiveram em sua história as leis Jim Crow.

Lélia aponta como também é violento e deletério o racismo de denegação: ao assumirmos como verdade que no Brasil todos são iguais perante a lei, uma vez que nunca



tivemos uma legislação de segregação, isentamos o estado brasileiro da responsabilidade de buscar superar o racismo e suas consequências na sociedade. Ainda, no racismo de segregação, ocorre o reforço da identidade racial dos grupos que estão forçada e violentamente separados. No racismo de denegação, ocorre a diluição da identidade racial - daí observamos no Brasil a proliferação de cores utilizadas pela própria população para se definir racialmente: morenos, marrons, cor de jambo, cor de canela, etc. Tudo para não sermos identificados como a raça entendida por todos, ainda que de maneira subliminar, como inferior: negros.

Na ausência da consciência objetiva de raça, também nos falta consciência efetiva sobre o racismo como estruturante da sociedade brasileira. Sem trazer à tona a raiz do problema, seguimos incapazes de superá-lo.

Ao propor a *amefricanidade*, Lélia propõe que nos entendamos como nação negra e indígena. A partir dessa compreensão, seria possível construir maneiras efetivas de superação do racismo estrutural, disputando não apenas a identidade da sociedade brasileira, mas também a construção de políticas públicas capazes de superar as consequências dessa omissão. Ao trazer para o centro de sua análise a mulher negra, Lélia propõe que este seja o ponto de vista mais relevante na superação das desigualdades sociais no Brasil - já que é a mulher negra a mãe desse País, e também sua maior vítima. Uma sociedade boa para as mulheres negras seria uma sociedade igualitária e boa para todos. O feminismo negro proposto por Lélia se caracteriza pela solidariedade e pela busca do bem viver para todos.

### A DISPUTA PELA INSTITUCIONALIDADE

Segundo a própria Lélia Gonzalez, ela habitava um mundo essencialmente branco (especialmente quando se refere à vivência acadêmica) e se torna militante do movimento negro quando passa a conviver com a sua negritude. Sua trajetória pessoal é fundamental nesta transformação da acadêmica para a militante. É dela a frase que sintetiza o processo de tornar-se mulher negra:

[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna, costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista. (GONZALES, 1988b, p. 2)



O processo de análise com psicanalista - iniciado depois do suicídio de seu marido espanhol - e aproximação do Candomblé como religião e como cosmovisão levam Lélia a superar o embranquecimento ao qual foi submetida na academia, entendendo sua negritude e o papel político que ser uma mulher negra carrega. Desta forma, seu contato com a cultura negra é a porta de entrada de Lélia para o exercício político do combate ao racismo - seja como articuladora do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, seja como liderança política que busca disputar a institucionalidade, a partir de 1981 - quando passa a compor o diretório nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), então em processo de fundação.

Lélia passa a militar como mulher negra dentro do movimento negro brasileiro, apontando os processos machistas do interior no movimento. Lélia é também militante do movimento feminista, apontando o racismo no interior do feminismo. Novamente, ao trazer a mulher negra para o centro das análises, Lélia muda a chave de interpretação social.

De acordo com Sueli Carneiro,

o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. (CARNEIRO, 2003).

Carneiro destaca a fundamental atuação do movimento de mulheres no Brasil: no processo de redemocratização e na construção da Constituição de 1988; na mudança de paradigma sobre a abordagem da temática da violência doméstica, rompendo as barreiras entre público e privado; no acesso à saúde sexual e reprodutiva; no debate acerca da disparidade de acesso ao poder; no questionamento acerca do tipo de representação que a mídia brasileira fez e faz sobre mulheres negras.

Muito especialmente quando lançamos olhar sobre a atuação do movimento de mulheres negras, Gonzales nos aponta que as percepções do feminismo brasileiro

padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocêntrico do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações dos processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não brancos. (GONZALEZ, 2000, apud PINTO



Gonzalez afirma ainda que o feminismo brasileiro à época de suas reflexões

revelava um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral - que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (GONZALEZ, 2003, apud CARNEIRO, p. 120).

Lélia e Sueli apontam a relevância do enfrentamento realizado por mulheres negras às contradições do interior do movimento feminista brasileiro e também do movimento negro brasileiro, quando aquele não considerava a devida relevância da dimensão racial e quando este não considerava a dimensão gênero como elemento estruturante na análise das desigualdades brasileiras. Observa-se, então, a importância do movimento de mulheres negras na busca por assegurar que a agenda destas mulheres seja considerada como agenda central nos debates acerca das desigualdades no Brasil.

É por meio da militância no movimento de mulheres negras brasileiras que Lélia passa à disputa pelo espaço da política institucional. Convencida de que é necessário a construção de políticas públicas e legislação que melhorem as condições da vida da população brasileira, Lélia passa a dedicar-se à construção do PT - do qual foi membro entre 1981 e 1986.

Porém, em seu artigo intitulado *Racismo por Omissão*, publicado em 1983, Lélia aponta suas críticas ao programa do recém-lançado Partido, que ela ajudou a construir. No programa, são elencados 10 temas prioritários para o PT, porém o combate ao racismo não figura dentre eles. O tema nem sequer é abordado no tal programa criticado por Lélia, numa construção que compara o programa e as temáticas as alas de uma escola de samba:

sem elas [as alas de negritude e população de favela, que ela chama de favelados], apesar da beleza do abre-alas, nossa escola não ficou melhor, nem pior, nem diferente das velhas escolas de sempre.

numa alusão aos partidos de sempre. Em 1982, Lélia se candidata ao cargo de deputada federal e não vence. Em 1986 ela se desfilou do partido, alegando que o PT do Rio de Janeiro não dava ao tema do combate ao racismo a importância que ela acreditava que deveria ser dada.



Gonzalez passa a compor o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985 - já no processo de redemocratização do País, que abrange o fenômeno da participação social no processo de formulação política. Lélia é indicada ao Conselho justamente pela sua atuação no movimento de mulheres negras - evidenciando como sua produção intelectual sempre esteve alinhada à sua práxis política.

Advinda da relação próxima com Abdias Nascimento, que foi um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e também por força de convite do próprio Darcy Ribeiro, a filiação de Lélia ao partido acontece em 1986 - ano no qual ela concorre pelo PDT ao cargo de deputada estadual, também sem conseguir ser eleita.

A partir deste episódio, Lélia desiste de disputar cargos eletivos. Na biografia elaborada por Rios e Ratts (2010), Rose Marie Muraro - que se candidatou junto com Lélia em 1986 ao cargo de deputada estadual - afirma:

Ele [Darcy Ribeiro] tinha me seduzido para me candidatar e a Lélia também, e a outros, né? Ele falou: eu faço sua campanha. Não fez nada. Nem da Lélia. A Lélia ficou danada. E quando nós perdemos eu perguntei: “Por que você fez isso com a gente?” “Ah, porque o partido precisava dos seus votos [...]”. (RIOS e RATTIS, 2010, p. 124).

Em sua produção intelectual, que enxerga o feminismo negro como teoria social crítica que se articula com a necessidade da disputa política institucional, Lélia sempre deixa claro que tem esperança no momento de reconstrução democrática do País, esperança de que lideranças de movimentos sociais - como o movimento negro e o movimento de mulheres - sejam alçadas ao locus da política institucional. Ela aponta a necessidade de refazimento das leis e das políticas do país a partir da demanda das principais vítimas das desigualdades - negros e mulheres. Sua experiência frustrada em disputar cargos eletivos frustra também essa esperança.

## RESULTADOS, DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

Até o presente momento, ainda antes da conclusão das pesquisas que guiam esse estudo e, portanto, ainda sem condições de apontar conclusões mais estruturadas, é possível apontar preliminarmente que a disputa pelo espaço da política institucional pouco avançou da experiência de Lélia Gonzalez, nas décadas de 70 e 80, até a eleição de 2018.



Alguns elementos observados nos permitem apontar tais conclusões preliminares: o baixo número de mulheres negras eleitas; a dificuldade de levar as pautas das mulheres negras à frente no espaço da política institucional; o baixo apoio das estruturas políticas a este segmento social, mulher negra, mesmo sendo este o segmento social majoritário no País.

A recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determina que a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão deve ser proporcional ao total de candidatos negros que o partido apresentar para a disputa eleitoral, nos dá um importante indicativo de como as reivindicações de Lélia Gonzalez ainda não foram atendidas pela institucionalidade.

A decisão do TSE, tomada apenas em 2020, é o passo mais avançado no debate sobre a disputa do espaço institucional pela pauta racial - e ocorre a partir de provocação e tese elaboradas pela deputada Benedita da Silva (PT/RJ) em conjunto com organizações do movimento negro brasileiro. Benedita é contemporânea de Lélia e ainda hoje uma das mais relevantes lideranças negras do Brasil.

É possível que este artigo nasça num momento de inflexão a respeito do debate racial na política institucional do País, marcando justamente como levou-se cerca de 40 anos para que demandas do movimento negro fossem consideradas em toda sua relevância para uma concretização de democracia no País - ainda a saber se fato se materializarão.

Analisar a produção acadêmica de Lélia Gonzalez e sua trajetória na política institucional nos leva a duas conclusões. A primeira é que a produção intelectual negra brasileira é o que temos de mais vanguardista na produção intelectual no País - talvez, tenhamos em Lélia as mais fidedignas interpretações do Brasil.

A segunda conclusão é sobre como o racismo das instituições mantém afastadas lideranças e intelectuais negras de seus espaços - culminando na crise da democracia que temos hoje.

Os esforços de políticas públicas de combate ao racismo observados no último período nos darão frutos em 2022. Aguardamos, ansiosos, suas consequências no País.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. *Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista*. Revista Estudos Feministas (UFSC), v. 21, n. 1, p. 81-105, jan./abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 08/2021.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, 17(49), 117-133. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948> Acesso em 07/2021.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em 07/2021.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *Raça e Eleições no Brasil*. Porto Alegre, RS: ZOUK, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Soc. estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organizadores: Flavia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zarar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia, "A importância da organização de mulheres negras no processo de transformação social", Rio de Janeiro, Raça e Classe, ano 2, n. 5, 1980

GONZALEZ, Lélia, "A Mulher negra na sociedade brasileira (uma abordagem político-econômica)" In: Luz Madel (org.), *O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, v.1, 1982

GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos, *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, editora Marco Zero, 1982 [Coleção Dois Pontos]

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquette. *Intelectuais negras brasileiras: horizontes políticos*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminism, history and power. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

RATTS, Alex & RIOS, Flavia, Lélia Gonzalez, São Paulo, Selo Negro, 2009 [Retratos do Brasil Negro].

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

*Recebido em: 15/04/2022*

*Aprovado em: 13/11/2022*